



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 70/2017

VINCULADO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

(Fundamentação Legal: Art. 24, Inc. II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993)

Processo Administrativo nº 105421/2013

FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL

REQUISITANTE: Luciana Della Barba / Coren-SP Educação

EMITIDA EM: 23 / 02 / 2018.

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, por meio da presente **Autorização de Compra** que equipara-se ao contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, a empresa MEDCLEAN PRODUTOS HOSPITLARES LTDA-ME, CNPJ nº 04.895.143/0001-60, com Sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 6848, Lojas 01 e 02 – Bairro Boqueirão – Curitiba/PR – CEP 81670-000 – telefone (41) 3082-5114 / (41) 3092-5114 – e-mails medclean.hospitalar@gmail.com e sac@medcleanprodutohospitalar.com.br, a fornecer os Materiais conforme descrito abaixo.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais hospitalares para utilização nas atividades promovidas pelo Núcleo de Simulação Realística do Coren-SP Educação.

2. VALOR DA COMPRA

2.1. Ficam ajustados os seguintes valores:

Item	Descrição	Qde.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Marcas oferecidas
1	Agulha para aspiração de medicamentos 25 x 12, com ponta romba, bisel simples; canhão de cor vermelha; protetor de plástico que garante proteção da agulha; cânula siliconizada; uso exclusivo para aspiração de medicamentos; agulha descartável estéril embalada unitariamente. Marca BD ou similar.	400	Und.	R\$ 0,22	R\$ 88,00	Yesomed
4	Atadura crepe, largura de 15 cm. Comprimento em repouso 1,80m. Comprimento esticado 4,5 m	20	Rolo	R\$ 1,60	R\$ 32,00	Neve
9	Cânula para traqueostomia, com balão, diâmetro 4,5 mm. Descartável	3	Und.	R\$ 50,00	R\$ 150,00	Comper
10	Cânula para traqueostomia, com balão, diâmetro 5 mm. Descartável	3	Und.	R\$ 50,00	R\$ 150,00	Comper
11	Cânula para traqueostomia, com balão, diâmetro 8 mm. Descartável	3	Und.	R\$ 50,00	R\$ 150,00	Comper



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Item	Descrição	Qde.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Marcas oferecidas
17	Encosto triangular para cama em poliuretano flexível; comprimento 50cm; altura 30/2cm. Capa externa com zíper (cor azul ou preto); tecido visco lycra.	1	Und.	R\$ 108,00	R\$ 108,00	Naturlatex
23	Máscara, tipo traqueostomia, uso adulto	1	Und.	R\$ 28,00	R\$ 28,00	Protec
24	Máscara, tipo traqueostomia, uso infantil	1	Und.	R\$ 28,00	R\$ 28,00	Goodcome
TOTAL				R\$	734,00	

2.2. Os valores e as condições ora estabelecidas estão de acordo com a Proposta de Preços datada de 08/02/2018, que se vincula ao presente Ajuste em todos os termos.

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com a prestação do objeto da contratação, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, frete, tributos e todas as despesas diretas e indiretas.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Conforme descrito na tabela do Item 2.1.

4. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

4.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

4.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições ajustadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

4.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

5. DA DESPESA

5.1. As despesas resultantes da execução deste instrumento contratual serão atendidas através do Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.30.099 – Outros Materiais de Consumo.

6. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

6.1. Os produtos fornecidos deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.

7. DA GARANTIA SOBRE PRODUTOS E/ OU SERVIÇOS

7.1. Será exigida garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do Termo de Recebimento Definitivo, podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o mesmo dispositivo legal.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8. DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 8.1. A entrega dos materiais deverá ser realizada em até 10 dias úteis contados da data do recebimento, pela Contratada, Autorização de Compra e Nota de Empenho
- 8.2. Local e Horário de entrega: Coren-SP Educação, localizado na Rua Dona Veridiana, nº 298, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01238-010, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 7h00 às 16h00.
- 8.3. Hipóteses e prazos para substituição de materiais:
- 8.3.1. Em caso de objeto **entregue inadequadamente** ou entregue **fora das especificações contratadas** ou, ainda, que não surtir os resultados pretendidos com a compra, a Contratada deverá sanar os problemas em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação.
- 8.3.2. Caso algum objeto apresente **falha ou vício, inclusive de fabricação**, a Contratada deverá efetuar a substituição do item dentro do prazo aceitável para a regularização da situação, acordado com o Coren-SP;
- 8.3.3. Nessas situações, todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de peças/materiais/equipamentos correrão por conta da Contratada.
- 8.3.4. A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.
- 8.4. Permanecendo irregularidades quanto à especificação, falha, vício, ou execução inadequada do objeto, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou ainda rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 8.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer sua mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

9. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 9.1. Na ocasião da entrega do objeto, a Contratada deverá:
- 9.1.1. Apresentar nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição detalhada do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo de contratação e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).
- 9.1.1.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da unidade Conselho Regional de Enfermagem (Coren-SP Educação), CNPJ nº 44.413.680/0010-31.
- 9.1.1.2. No campo **email** das notas fiscais emitidas deverá constar o seguinte endereço: contabilidade@coren-sp.gov.br.
- 9.1.1.3. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.
- 9.1.1.4. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da Receita Federal do Brasil – IN/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas..

9.1.2. Manter a regularidade fiscal/trabalhista e apresentar, se solicitado pelo fiscal da contratação, as certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

9.1.2.1. Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

9.1.2.2. Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

9.1.2.3. Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.2.4. À Fazenda Estadual;

9.1.2.5. Aos Débitos Trabalhistas.

9.2. A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.

10. DOS PRAZOS PARA RECEBIMENTO

10.1. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:

10.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;

10.1.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do objeto contratado; e da conformidade da documentação (nota fiscal e regularidades fiscais e trabalhista).

10.1.3. Expirado o prazo supramencionado e não ocorrendo a conformidade, o documento fiscal deverá ser cancelado, devendo ser reemitido apenas quando da regularização.

10.2. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

11.2. A Contratada receberá apenas pelo objeto efetivamente executado.

11.3. O Coren-SP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações apresentadas na proposta e neste Instrumento.

11.3.1. Não ocorrendo o pagamento, a Contratada não terá direito à compensação financeira ou alteração de preços.

11.4. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controversada no



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

11.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

11.6. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais e das contidas na Proposta Comercial, a Contratante obrigará-se-á a:

12.1.1. Permitir o acesso dos empregados/representantes da Contratada às dependências do Coren-SP, se necessário, e indicar local adequado para a entrega dos itens.

12.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

12.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.

12.1.4. Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.

12.1.5. Solicitar a retificação/substituição entergues inadequadamente, que apresentarem defeitos ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no neste Instrumento, nas Especificações Técnicas e na Proposta.

12.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas deste Instrumento Contratual e com os termos de sua proposta.

12.1.7. Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.1.8. Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos prestados nos prazos e condições



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estabelecidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Caberá à Contratada, a partir do recebimento deste Instrumento e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir:

13.1.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.

13.1.2. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.

13.1.3. Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

13.1.4. Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

13.1.5. Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

13.1.6. Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.

13.1.7. Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

13.1.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBRs publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quando couber.

13.1.9. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

13.1.10. Quando couber, comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

13.2. A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

13.2.1. Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta contratação.

13.2.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.

13.2.3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

13.2.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.3. Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:

13.3.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto, inclusive técnica e administrativamente, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.

13.3.2. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes neste Instrumento, nas Especificações Técnicas e na Proposta.

13.3.3. Providenciar o transporte interno e externo, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais no local indicado neste Instrumento.

13.3.4. Acondicionar devidamente os produtos, de forma a não danificá-los durante as operações de transporte, carga, descarga e manuseio.

13.3.5. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.

13.3.6. Instruir seus colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.

13.3.7. Manter os colaboradores devidamente identificados durante a entrega do objeto, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.

13.3.8. Verificar previamente a disponibilidade, com o Fiscal do Contrato, caso a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP para a entrega do objeto.

13.3.9. Executar o objeto com o sigilo necessário.

13.4. São expressamente vedadas à Contratada:

13.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução deste instrumento contratual.

13.4.2. A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

13.4.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

13.5. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Poderão ser aplicadas as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e demais cominações legais, isolada ou cumulativamente com multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, à Contratada que:

14.1.1. Deixar de entregar documentação exigida;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 14.1.2.** Apresentar documentação falsa;
 - 14.1.3.** Não manter a proposta;
 - 14.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 14.1.5.** Falhar na execução do instrumento contratual;
 - 14.1.6.** Fraudar na execução do instrumento contratual;
 - 14.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.8.** Fizer declaração falsa;
 - 14.1.9.** Cometer fraude fiscal.
- 14.2.** Reputar-se inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92 parágrafo único, e 97 parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 14.3.** Poderão ser consideradas fraudulentas, na execução da contratação, as condutas (mas não limitando-se a essas):
- 14.3.1.** Elevar arbitrariamente os preços;
 - 14.3.2.** Vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
 - 14.3.3.** Entregar uma mercadoria por outra;
 - 14.3.4.** Alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 14.3.5.** Tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do instrumento contratual.
- 14.4.** Para a Contratada que cometer as condutas descritas nos itens 14.1.4 e 14.1.5, será aplicada multa nas seguintes condições:
- 14.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da contratação em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.
 - 14.4.1.1.** A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;
 - 14.4.2.** 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 14.4.3.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - 14.4.4.** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do instrumento contratual, exceto a prevista nos casos de inexecução total.
- 14.5.** Para as demais condutas e em quaisquer casos descritos nas cláusulas anteriores a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento Contratual.
- 14.6.** O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

14.6.1. A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

14.6.2. Não sendo suficiente o valor a ser pago pela Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

14.6.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

14.7. Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

14.8. As sanções serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

14.8.1. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.

14.8.2. A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.8.3. Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da sanção ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

14.9. Das decisões de aplicação de sanção caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

14.9.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

14.10. Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. A Lei nº 8.666/1993 bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas neste Instrumento Contratual.

16. DO FORO

16.1. Fica estipulado o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

Preenchido por MFT